SEFA/GS, 24 de setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

129884/2025

PROTOCOLO N° : 22.152.454-3
INTERESSADO : Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA)
ASSUNTO : Arquivamento da sindicância administrativa instaurada pela Portaria SEFA/CG nº 11/2024

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

DESPACHO N° 1602/2025-SEFA

Considerando o Relatório (fls. 333-339) apresentado pela Comissão Sindicante e o PARECER n. 18/2025 (fls. 340-347), emitido pelo Ilmo. Sr. Corregedor-Geral desta SEFA, todos opinando pelo encerramento/arquivamento da Sindicância administrativa instaurada, ACOLHO a sugestão de ARQUIVAMENTO da sindicância instaurada pela PORTARIA SEFA/CG nº 11/2024.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

129377/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP N° 230/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 23 da Lei Federal nº 8.934/94, art. 25, inciso XVII do Decreto Federal nº 1.800/96 e o disposto no parágrafo único do art. 21 da Instrução Normativa DREI/ME nº 52/2022, resolve:

NOMEAR

a Sra. FABI CAMILLO BARBOSA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 090.XXX.XXX-29, como tradutora e intérprete pública do idioma francês nos termos do artigo 19 da Instrução Normativa DREI/ME nº 52, de 29 de julho de 2022, recebendo a matrícula de número 25/310-T, conforme solicitação protocolada sob nº 25/506798-4.

Publique-se.

Curitiba, 25 de setembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

129804/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO SEIL N° 036/2025

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352/2023, de 1º de janeiro de 2023 e no Decreto nº 1313/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora Lucimara Ferreira de Lima, RG nº 8.XXX.241-X, para substituir a servidora Lorreine Santos Vacari, RG nº 9.XXX.226-X, no exercício do cargo de Coordenadora do Departamento de Gestão e Inovação desta Secretaria, no período de 17 de setembro de 2025 a 16 de outubro de 2025.

Curitiba, 25 de setembro de 2025.

José Brustolin Neto
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, em exercício
129910/2025

Secretaria da Inovação e Inteligência Artificial

Resolução nº 97/2025 - SEIA

Designa servidor para responder interinamente e sem prejuízo de suas funções, pela atribuição de Diretor-Geral.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA INOVAÇÃO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, e conforme e-protocolo 24.591.902-6,

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor ATILA CASTELLO VAQUEIRO, RG nº XX.183.472-X, para responder, interinamente e sem prejuízo de suas funções, pelas atribuições de Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial - SEIA, durante as férias do titular, MARCOS VITORIO STAMM, RG X.411.861-X, no período de 6 de outubro a 17 de outubro de 2025.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Alex Canziani Silveira
Secretário de Estado da Inovação e Inteligência Artificial

Protocolo 24.591.902-6

129669/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

RESOLUÇÃO N° 89, DE 24 DE SETEMBRO DE 2025

Dispõe sobre a instituição de Grupo de Trabalho destinado a elaboração da política de atendimento feminino e LGBTQIAPN+, no âmbito do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo do Paraná.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 44 da Lei n.º 21.352 de 01 de janeiro de 2023, nomeado pelo Decreto Estadual n.º 10.053 de 23 de maio de 2025,

CONSIDERANDO o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/1990, que ao instituir a doutrina da proteção integral e reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, regulamentou as medidas socioeducativas como processos de responsabilização, determinando sua aplicação com base nos princípios da brevidade, da excepcionalidade e do respeito à condição peculiar de desenvolvimento;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que estabeleceu parâmetros para a institucionalização do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, definindo que a proteção de crianças e adolescentes deve se dar pela articulação entre instâncias públicas e sociedade civil em três eixos estratégicos: promoção, defesa e controle social dos direitos humanos;

CONSIDERANDO a instituição do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, que ao fixar princípios pedagógicos, organizacionais e de gestão democrática, inicialmente pela Resolução n.º 119/2006 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e se consolidar com a promulgação da Lei n.º 12.594/2012, regulamentou a execução das medidas socioeducativas e da medida cautelar de internação provisória, a disciplinar seus objetivos e definir seus planos, políticas e programas;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 233/2022 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, focada nas questões de gênero e outras interseccionalidades que impactam o atendimento às adolescentes privadas de liberdade, debatida pelo Grupo de Trabalho instituído pela Resolução SEJU n.º 102/2023, que compôs relatório final que constitui referência para a elaboração de políticas com perspectiva de gênero na socioeducação estadual;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 244/2024 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que instituiu a Política Nacional de Formação Continuada para Profissionais do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução n.º 252/2024 do Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA que dispõe sobre as diretrizes nacionais para a segurança e proteção integral de adolescentes e jovens em restrição e privação de liberdade no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e o relatório final composto pelo Grupo Temático instituído pela Resolução SEJU n.º 55/2025;